

ATA DA 003ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se aos movimentos dos policiais de Salvador.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Refere-se à estiagem em Santa Catarina.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Comenta o projeto Blumenau 2050.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Reporta-se à estiagem em Santa Catarina.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Tece comentários a respeito da importância da indústria da cerâmica vermelha.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Tece comentários a respeito da importância e do crescimento da indústria da cerâmica vermelha.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Elogia o governo do estado quanto a recursos para a defesa dos agricultores.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (aparte)- Solidariza-se com o deputado Aldo Schneider.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Reporta-se à situação dos municípios que sofrem com a estiagem.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se à situação dos municípios que vivem o problema da estiagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, estamos reabrindo, hoje, os microfones da Assembleia com bastante satisfação e energia redobrada para mais um ano de trabalho.

Falaremos da Bahia e também de Santa Catarina. Estive, desde segunda-feira, até a tarde de ontem, na cidade de Salvador, tentando ajudar em uma saída negociada para aquele conflito, especialmente para que não houvesse derramamento de sangue e nenhum de nossos irmãos de farda viesse de um lado ou de outro a cair.

Lamentamos a forma truculenta com que os governos continuam tratando os movimentos de policiais e bombeiros. A tônica permanente é o

descaso, a enrolação e a promessa não cumprida. Então, depois de muita enrolação, de muita tentativa de negociação, quando o movimento explode, acontece dessa forma ou de forma parecida. Também porque não existem muitas alternativas para que o movimento de policiais e bombeiros militares possa acontecer de outra forma.

Nós não coadunamos com atos de vandalismos, mas o movimento de militares, antes de começar, já é criminoso, porque pelo Código Penal Militar é proibido dizer qualquer coisa. É proibido dizer que o salário está ruim, porque isso é entendido como crítica ao governador, e é crime militar e transgressão disciplinar.

Então, quando vai acumulando, ao longo dos anos, essa situação, acontece o movimento de forma explosiva, como aconteceu aqui e na maioria dos estados brasileiros e, por último, na Bahia.

O governador Jaques Wagner, da Bahia, ou Jaques Magalhães, também chamado de Jaques Malvadeza, agiu muito mal nesse processo, deputado Reno Caramori. Há dez anos houve outra greve de policiais na Bahia e o agora governador Jaques Wagner, que na época era deputado federal, apoiou e financiou o movimento pelo cumprimento de uma lei de 1997. Agora ele é governador há cinco anos e a mesma lei continua não sendo cumprida! E diferente de dez anos atrás, ele chama o Exército brasileiro, avoca a lei de segurança nacional, a garantia da lei e da ordem, entrega o poder no estado da Bahia para o Exército brasileiro e sai arrotando estupidez nos meios de comunicação. Então, ele ajudou a piorar a situação.

Nós fomos para pacificar, para ser um canal de diálogo, porque nos sentimos na obrigação de fazer isso. Entendemos que um deputado de Santa Catarina, que é policial militar, tem a obrigação de ir a qualquer estado da Federação nessas circunstâncias contribuir, inclusive com a sua experiência e por chegar de fora e poder fazer uma análise menos apaixonada.

Os que criticam a nossa ida o fazem por obtusidade, talvez por rancor ou por não entender

que moramos numa Federação chamada Brasil e que os mesmos problemas que temos no nosso estado existem em todos os estados do Brasil.

Nós esperamos luz na cabeça das autoridades da Bahia e das autoridades da República. Que soltem os companheiros que estão presos sem motivação! Os que têm motivação e comprovação de vandalismo e outros crimes é outra situação, mas por perseguição política não admitimos.

O cabo Daciolo, do Rio de Janeiro, foi levado por uma autoridade federal para o estado da Bahia para ajudar a pacificar o movimento lá. Falei com ele ontem, às 14h20, no aeroporto de Salvador, o qual estava também voltando para o estado do Rio de Janeiro, e mesmo tendo sido levado por uma autoridade federal para ajudar a pacificar a Bahia foi preso no aeroporto daquele estado ao chegar.

Esta é a forma de diálogo que se tem tido com as lideranças e com o movimento dos militares. Soltem o cabo Daciolo, soltem as lideranças legítimas do movimento, e aí será possível o diálogo. De qualquer forma, é jogar para os meios de comunicação, é jogar para a sociedade, é mentir para a sociedade e aumentar o caldo de insatisfação que vai fazer a explosão de movimentos ainda mais radicais no futuro.

Mas viemos para falar também do estado de Santa Catarina, e aqui o clima é absolutamente oposto, deputados Silvio Dreveck e José Nei Ascari. Daqui a dez minutos os nossos companheiros que haviam sido excluídos da Polícia Militar, em virtude do movimento grevista no final de 2008, estarão se reapresentando fardados ao comando geral da Polícia Militar, em cumprimento àquela lei que aprovamos nesta Casa no dia 7 de dezembro. Evidentemente que para nós e para o estado de Santa Catarina é um dia histórico. Eu faço este pronunciamento e em seguida irei ao comando geral também para participar desse momento impar na nossa instituição.

Mas os meios de comunicação me perguntaram na Bahia se há alguma articulação de uma greve nacional de policiais e bombeiros, como se a nossa entidade fosse um bicho medonho que está

produzindo isso e não as conjunturas específicas de cada estado, e eu respondi que não. Em Santa Catarina estamos num processo de diálogo e terminamos o ano de 2011 com avanço.

Do ponto de vista salarial, há avanços parciais, mas precisamos continuar debatendo. Do ponto de vista do respeito e da dignidade aos policiais, há a anistia. E a anistia já valeu para muitos casos, inclusive de companheiros que estavam sendo considerados com um mau comportamento, que foram, pela anistia, novamente considerados de um excepcional comportamento, que é o comportamento real deles, sendo promovidos no dia 31 de janeiro. E falando em promovidos, tivemos também, e esse é um avanço, 1.020 promoções de praças na Polícia Militar e 105 no Corpo de Bombeiros, no último dia 31 de janeiro. Esse foi mais um marco histórico para o nosso estado e para as nossas instituições.

Então, juntando a incorporação dos abonos, juntando essas promoções, juntando a apresentação dos companheiros que estavam excluídos, agora novamente policiais militares, pois isso será efetivado daqui a alguns minutos nesta capital, Santa Catarina, evidentemente, não tem nenhum motivo para realizar ou para fazer qualquer manifestação contundente de militares estaduais. E costumamos jogar com essa franqueza, com essa verdade e com essa lealdade. Da nossa parte nunca fizemos blefe, da nossa parte nunca jogamos para a torcida. Em Santa Catarina, não há essa possibilidade ou a possibilidade de acontecer o que está acontecendo na Bahia, que poderá acontecer no Rio de Janeiro de hoje para amanhã, porque está em processo de diálogo.

Nós queremos agradecer, sim, a todas as autoridades do estado de Santa Catarina, a todos os colegas deputados deste Poder Legislativo, ao governador do estado, aos secretários de estado que contribuíram com isso, ao comando-geral da Polícia Militar, aos milhares de companheiros praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. E hoje a Aprasc, que chega a 10.500 filiados,

cresceu no momento da crise pela solidariedade com aqueles companheiros que estavam excluídos.

Eles receberam o salário e não passaram nenhuma necessidade financeira maior do que os outros policiais e bombeiros justamente porque a Aprasc, através da contribuição de R\$ 10,88 de mais de 10 mil praças, pagou o salário deles ao longo desses dois anos e pouco.

Então, isso é motivo de alegria, porque em todo esse trajeto conseguimos não perder a dignidade, não perder a razão e continuar reivindicando dentro dos parâmetros possíveis.

Muito obrigado a todos que contribuíram com esse processo, mas creio que todos os partidos, todas as lideranças do estado de Santa Catarina contribuíram para esse processo de pacificação das instituições militares estaduais em nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, srs. assistentes, estaremos logo mais nos deslocando para Brasília, onde, hoje à tarde, participaremos, junto ao ministério de Integração Nacional, especialmente a secretaria Nacional de Defesa Civil, de uma reunião com lideranças do nosso estado, especialmente do oeste, para tratar sobre o problema das estiagens em Santa Catarina.

Já são quase 100 municípios que se encontram em estado de emergência, num assunto já recorrente nos últimos anos. Nos últimos dez anos, seis ou sete estiagens ocorreram no oeste do estado, trazendo prejuízos, especialmente, aos agricultores, aos produtores, de maneira geral, e também alguns casos de problemas de abastecimento de água, até mesmo em algumas cidades, como é o caso de Seara, que se encontra com um grave problema de abastecimento, muito embora a situação daquele município diga respeito também à questão

da captação de água e ao seu poço profundo com o problema ocorrido recentemente no sistema de captação de água, com a bomba que capta água.

O que nós julgamos primordial, deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. que abordou, inclusive, esse assunto, ontem, na Assembleia, defendendo a questão das cisternas para a captação de água, é uma ação do governo do estado no sentido de pensar, juntamente com as prefeituras e o governo federal, em medidas estruturantes para combater esta e as futuras estiagens.

É claro que é importante quando acontece uma estiagem, deputado Mauro de Nadal, o socorro imediato, a colocação de caminhões pipa, alguns recursos extras, mas temos que pensar em medidas em longo prazo, em medidas que garantam o armazenamento da água, que garantam uma análise, um estudo das mudanças climáticas, para que se possa enfrentar com mais tranquilidade essas estiagens, porque certamente não será essa a última estiagem que irá acontecer. Aliás, fenômenos climáticos são comuns ao longo da história. O que não é comum é não se ter planos perfeitamente definidos para enfrentar as intempéries.

Por isso esperamos que nessa audiência que será realizada hoje, no ministério da Integração Nacional, da qual iremos participar, como disse anteriormente, com diversas lideranças de Santa Catarina, inclusive com outros deputados desta Casa e com prefeitos do oeste que estarão aqui, possamos contribuir, mais uma vez, não somente para as questões imediatas dessa estiagem, como também para questões futuras de estruturas.

Neste sentido, é importante a ação de todos os governos, ou seja, do governo estadual, do governo federal, das prefeituras.

Nós estivemos, srs. deputados, durante o recesso, na cidade de Chapecó, no oeste de Santa Catarina, como v.exa., deputado Mauro de Nadal, e os deputados Herneus de Nadal e Padre Pedro Baldissera, como também três ministros do governo federal e o governo do estado, com o seu *staff*, para tratar desse assunto. Naquela ocasião, foram

anunciadas algumas medidas importantes, mas ainda insuficientes para combater o problema da estiagem do momento, principalmente para as futuras estiagens.

Por isso fazemos este registro e esperamos que possamos, dessa audiência em Brasília, trazer mais coisas boas e importantes que nos ajudem nessa problemática em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Deputado Neodi Saretta, primeiramente, quero parabenizá-lo pelo tema que traz para debate nesta Casa.

Foi realizada, ainda na terça-feira pela manhã, uma importante reunião na comissão de Agricultura para tratar desse tema. Esteve também participando dessa reunião o deputado Dirceu Dresch e o secretário da Agricultura, ocasião em que vários itens foram colocados. Mas o que eu sugeri a ele, naquela reunião, com toda a estrutura técnica boa da Epagri, era de que fossem feitas algumas contratações emergenciais, neste momento, de mais técnicos, para que a Epagri possa chegar até esses agricultores que mais necessitam de água no momento da estiagem, colocando a eles a importância da construção da cisterna, porque do contrário vai passar a dor de cabeça, vai passar o problema, daqui a alguns dias entraremos no período de chuva normal em nosso estado e o problema continuará lá na propriedade por falta desse reservatório.

Então, temos que ter uma equipe que trabalhe, que convença, que mostre às pessoas a importância da construção da cisterna e aproveite esse recurso que o governo do estado, juntamente com o governo federal, está colocando à disposição das famílias, para tentar amenizar o problema e o impacto no momento da estiagem.

Obrigado, deputado, pelo aparte.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal.

V.Exa. traz contribuições importantes e esperamos que de fato haja o encaminhamento

dessas propostas, dessas questões, e que possam haver ações mais efetivas, além daquelas que estão havendo, realmente para atender especialmente as cidades que se encontram em estado de emergência.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, sras. deputados, srs. deputados, meus cumprimentos a todos.

Quero aqui, primeiramente, srs. presidente, srs. parlamentares e comunidade que nos acompanha, dizer que na tarde de ontem o deputado Ismael dos Santos teve a oportunidade de falar nesta tribuna sobre um projeto muito importante, e um exemplo, na verdade, não apenas para Blumenau, mas para todo o estado de Santa Catarina, chamado Blumenau 2050.

Aqui foi questionado, ontem, justamente sobre esse projeto, e algumas pessoas costumam dizer o seguinte: "Fazer um projeto para Blumenau em 2050?! Em 2050 talvez não vamos mais estar aqui. Em 2050 o que vamos fazer lá?"

Quero dizer a todos os deputados - e a deputada Angela Albino talvez vá disputar uma eleição municipal também - que ao projetar uma cidade para 2050 não se pode pensar somente em 2050. Temos que pensar no dia de hoje, qual é a ação que se vai tomar, hoje, e qual é o reflexo que ela vai trazer para o cidadão naquela época, naquele ano em 2050.

Vamos fazer a abertura de uma nova rua, a construção de uma nova ponte. Mas será que essa ponte e essa rua vão estar no local correto? Será que elas vão permitir o desenvolvimento do município e o crescimento da cidade? Nós vamos permitir que uma determinada região tenha a urbanização, a construção de um loteamento, a construção de um grande prédio, por exemplo. Será que isso vai ajudar para o futuro da cidade? Será que isso não vai atrapalhar? Quantas cidades, não

somente de Santa Catarina, mas também do Brasil, viram construídos empreendimentos privados, ou até públicos, em áreas que dez anos depois ficaram degradadas, ou perceberam que não deveria ser feito ali.

Por isso que eu quero parabenizar a prefeitura de Blumenau, assim como o deputado Ismael dos Santos fez ontem, pela construção desse projeto chamado Blumenau 2050. Espero que esse projeto seja um exemplo para todo o estado.

O deputado Silvio Dreveck, que está aqui presente, já foi prefeito e sabe o quanto é importante planejar o desenvolvimento de um município, uma cidade, uma região, um estado e uma nação. E esse projeto pode ser um exemplo não apenas para Santa Catarina, mas também para o Brasil.

Esse projeto envolve, srs. parlamentares, várias áreas. Não é somente a questão da ocupação do solo. Ela é importante, sim, mas esse projeto tem um ponto fundamental, que é fazer com que Blumenau chegue daqui a 50 ou 100 anos garantindo qualidade de vida para o seu cidadão. Essa é a grande questão. Não é apenas se preocupar se pode construir um prédio, abrir uma rua, fazer uma ponte, mas se preocupar também em como fazer para garantir que uma cidade possa ter, efetivamente, qualidade de vida para os seus habitantes.

É dentro dessa visão que o projeto não trabalha somente a questão da ocupação do solo. Também tem que trabalhar a questão de investimentos na situação da circulação do transporte coletivo, enfim, vários investimentos.

E aí temos vários projetos, e o nosso papel, como deputado estadual, o papel do governo do estado e o papel do governo federal é ajudar o município na busca desses recursos.

Vários projetos estão sendo feitos e quero parabenizar o prefeito João Paulo Kleinübing porque existem projetos importantes, como aquele que eu falei ontem na tribuna, que é o do prolongamento da via expressa; existe o projeto do complexo da ponte do Badenfurt; uma nova marginal no rio Itajaí-Açu; a questão do prolongamento da

Humberto de Campos; e várias e várias obras importantes para o desenvolvimento da cidade, pensando na questão da própria região metropolitana e qual o eixo do desenvolvimento.

Além dessa questão, existem também no projeto algumas iniciativas, como, por exemplo, a questão de qual a qualificação do trabalhador ou qual a indústria que nós queremos para o futuro de Blumenau.

Eu quero levantar aqui um assunto que vai, justamente, em consonância com essa questão, que é o fortalecimento de uma ideia que já foi colocada na tribuna e que está sendo trabalhada pela secretaria de estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, através do secretário Paulo Bornhausen, por técnicos da Furb em Blumenau e por técnicos da Associação Comercial e Industrial de Blumenau, que é o fortalecimento da ideia do distrito da inovação.

Dentro desse Projeto Blumenau 2050, além da ocupação do solo, da questão da infraestrutura urbana de circulação de vias, de construção de novas pontes e ruas, existe também a preocupação com a qualificação da indústria, com a geração de emprego de qualidade, com a geração de renda e de mão-de-obra que tenha um valor de salário bom para garantir o sustento das famílias blumenauenses.

É por isso que queremos defender a ideia do distrito da inovação. No ano passado, tive a oportunidade de ir até Barcelona conhecer o 22@Barcelona, um projeto que pegou uma área totalmente degradada, que possuía várias indústrias que foram falindo, fechando, mudando de endereço e que acabou se tornando uma área totalmente abandonada em Barcelona. E lá se criou um projeto de inovação. É com esse conceito que quero defender o distrito da inovação em Blumenau e pedir realmente ao governador Raimundo Colombo e ao secretário Paulo Bornhausen que aceitem essa ideia, levem adiante, busquem recursos e ajudem o município para que possamos ter na região de Itoupava Seca, em Blumenau, uma área totalmente valorizada, permitindo trazer indústrias de conhecimento junto ao laboratório de tecnologia da

Furb, o conhecido IPT. Nesse laboratório existem mais de 60 especialidades que podem atender a vários tipos de demandas de indústrias, e nós, na região da Itoupava Seca, podemos criar um distrito da inovação fazendo a junção do setor privado com a infraestrutura urbana, com o setor da universidade de conhecimento, de pesquisa e extensão, criando realmente uma nova geração de indústria de conhecimento e de geração de tecnologia que irá trazer valor agregado.

Por isso que o projeto Blumenau 2050 prevê esse tipo de ação e não somente a questão da geração de uma nova indústria na cidade, mas também a própria questão das habitações populares para garantir a residência às pessoas, e com isso fechando o ciclo da qualidade de vida para o cidadão.

É dentro desse contexto que quero parabenizar a prefeitura de Blumenau e o prefeito João Paulo Kleinübing por esse projeto Blumenau 2050, e dizer que realmente é algo muito importante para a cidade e para o estado, e quem sabe um grande exemplo para todo o país.

Além desse assunto, sr. presidente e srs. parlamentares, quero aqui também aproveitar a oportunidade para tecer um elogio a presidente Dilma Rousseff, parabenizando-a pela postura com relação aos aeroportos brasileiros. Muitas vezes as pessoas discutem se são contra ou a favor da privatização. A privatização é uma questão ideológica, que podemos ou não fazer. Os cidadãos estão acima dessa questão de discutir se são a favor ou contra a privatização, por uma questão ideológica.

Nós temos que nos preocupar que o serviço funcione, e quando o setor público não consegue fazer com que o serviço fique a contento do cidadão, ou seja, não consegue fazer com que um aeroporto atenda bem o seu usuário, não consegue ampliá-lo para acompanhar o crescimento do país, é importante, sim, uma concessão, uma privatização.

A postura da presidente Dilma Rousseff foi de coragem, de avançar num processo, e quero aqui parabenizá-la. Entendo que, independente se o

aeroporto é privado, se tem uma concessão ou é público, o importante é que funcione para o usuário. Tem que funcionar, não importa o sistema que for adotado. O importante é que o cidadão seja atendido bem, que possa ter um serviço de qualidade e que isso possa refletir na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Esse é o grande objetivo.

Dentro dessa questão, podemos observar que nos três processos: o de Guarulhos, que arrecadou cerca de R\$ 16 bilhões; o de Brasília, que arrecadou mais de R\$ 4 bilhões; e o de Campinas, que arrecadou mais de R\$ 3 bilhões, totalizando R\$ 24,5 bilhões... E quero aqui também parabenizar a postura do ministro da Fazenda, que diz, de forma muito clara que o dinheiro arrecadado será reutilizado na melhoria da estrutura dos aeroportos do país.

Parabéns por essa postura, porque é justamente isso que entendo que é importante e que tem que acontecer. E se foi feita uma concessão, se foi arrecadado o dinheiro, esse dinheiro não pode ser usado para pagar os juros da dívida externa. Ele tem que ser usado para o país. E quem sabe aí possamos, daqui a pouco, começar a pensar na concessão do Aeroporto de Navegantes, srs. deputados, e a usar o dinheiro arrecadado na concessão do aeroporto para, quem sabe, investir na duplicação da BR-470, porque o aeroporto atende mal, temos uma rodovia que é assassina, e não podemos permitir que isso continue acontecendo. E talvez possamos trazer para Santa Catarina esse exemplo da concessão dos aeroportos brasileiros.

Vou fazer esta sugestão, hoje, ao governador Raimundo Colombo, deputado Silvio Dreveck: que ele agende uma reunião com a presidente Dilma Rousseff - e já falei isso para ele e vou falar novamente - para tratar exclusivamente da BR-470, e que leve a sugestão de buscar a concessão do Aeroporto de Navegantes...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado!

Solicito ao deputado Nilson Gonçalves que assuma a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, viajamos pela nossa região, deputado Silvio Dreveck, durante o recesso, no início da estiagem, e parece que a novela é aquela tal de novela mexicana. E o deputado Neodi Saretta, no seu pronunciamento, abordou justamente o tema que eu havia preparado para o dia de hoje, e com toda a razão, deputado Neodi Saretta!

Mas cada vez que há uma estiagem no estado, as autoridades se movimentam, seja federal, estadual ou municipal, todo mundo dá uma sugestão, projetos são encaminhados, promessas são feitas e, de repente, vem a chuva e acabou-se a festa. Esquecem que houve estiagem, o prejuízo já aconteceu e aí aguarda-se mais uma safra, mais uma oportunidade de o nosso produtor rural dar de comer ao homem da cidade. Mais uma vez o sacrificado é o nosso produtor rural, deputados Silvio Dreveck e Neodi Saretta.

Faz 21 anos que estou nesta Casa e, ao buscar os meus pronunciamentos desde 1991, vi que consta lá que naquela época eu já mostrava a necessidade e a facilidade de construir cisternas para o armazenamento de água, principalmente onde há avicultura e suinocultura, já que as imensas coberturas têm facilidade de capacitação de água quando ocorre o período chuvoso.

Vou justificar aqui, deputado Valmir Comin. Nasci em Floriano Peixoto, que era município de Getúlio Vargas e que foi chamado de coxilha seca porque não existia água. Era coxilha seca mesmo! A fonte de água mais próxima ficava a 800m da casa do meu pai. Dos sete anos aos 15 anos em que morei nessa casa eu só tomei água da chuva. Não havia outro sistema de fornecimento de água, era somente

a água que nós captávamos do telhado da casa. Quando chovia, armazenava-se em duas cisternas. É claro que eram cisternas com mais de 200 mil litros feitas de tijolo maciço, rebocadas de cimento, parte enterrada, parte aérea, localizadas no porão da casa. Era uma casa grande, e nós armazenávamos a água para ser usada com o gado, o porco, a galinha, a manutenção da casa, e nunca faltou água!

É tão fácil planejar! Qual é o consumo de água que tem um galinheiro, uma pocilga, um chiqueirão? É claro que baseado no consumo há condições de se fazer um projeto. E a Epagri é o nosso órgão competente para a elaboração disso. Não adianta o governo federal e o governo do estado disponibilizarem recursos, com a prefeitura e o agricultor participando também. Nós temos é que fazer acontecer!

Alguém me disse: "Mas água de chuva tem que ter tratamento". Não tem que ter tratamento coisa nenhuma! Basta somente captar a água limpa e mantê-la limpa! O meu pai colocava um quilo de cal virgem por ano para purificar a água, e até hoje ninguém ficou doente bebendo água de chuva lá em Floriano Peixoto. E toda a minha família, e tantas outras que estavam na mesma situação, somente bebia a água da chuva.

Então, acho que é pertinente, deputado Neodi Saretta. Nós precisamos realmente levar isso adiante e fazer com que os órgãos governamentais exijam que nessas regiões onde a estiagem é praticamente anual - em dez anos houve sete estiagens... Portanto, já há uma jurisprudência provando que realmente a estiagem nessa região é frequente. Mas no período de chuva o regime pluviométrico é muito bom, chove bastante e dá para se captar muita água.

Agora podem dizer: "Ah, mas há um projeto de poço artesiano". Tudo bem. Concordo com isso. Agora, primeiro precisamos dar condições de explorar as águas de superfície, criarmos um sistema de açudagem tecnicamente bem elaborado com os órgãos competentes para que depois não venham Fatma, Ibama e Polícia Ambiental para criar

problemas em cada propriedade. É preciso planejar e fazer isso. Vamos utilizar, primeiro, as águas de superfície e depois vamos perfurar poço artesiano.

Há regiões, hoje, onde a água do Aquífero Guarani já está sendo contaminada. Os poços artesanais com mais de 100m têm contaminação porque não foram bem elaborados e bem vedados. Por isso eles estão condenados. Portanto, temos que ter muito cuidado com isso.

Nos governos dos nossos companheiros, de Wilson Kleinübing e Esperidião Amin, tivemos o cuidado de tratar desse assunto com seriedade. Porque simplesmente permitir que o geólogo vá lá e escolha o lugar; que a empreiteira vá lá perfurar o poço, mas sem que ninguém fiscalize se há infiltrações de dejetos suínos, de coliforme fecal, não basta, porque o poço artesiano pode ser contaminado.

O poço artesiano custa dinheiro, e não é somente o dinheiro! Temos que ver o efeito que vai causar lá na profundidade, quando buscarmos as águas de profundidade, com mais de 90m, 100m, 120m e até 150m.

Então, temos que ter esse cuidado. Agora realmente precisamos que isso aconteça, a exemplo de Floriano Peixoto.

Repito aqui que cansei de me pronunciar mostrando que o governo passado apresentou um programa de lona de cisternas com mil litros de água. É brincadeira! Mil litros de água o homem bebe em um ano! Então, não é assim. Temos que fazer cisternas que realmente tenham condição de armazenar para satisfazer as necessidades das propriedades quando há estiagem.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Reno Caramori, parabênizo v.exa. pelo seu pronunciamento.

Somente para corroborar com o que v.exa. colocou com relação à questão dos dejetos suínos, que precisam ter um destino adequado para essa

situação, quero dizer que na segunda-feira próxima, a partir das 17h, haverá uma audiência com o governador do estado. E na ocasião participará uma empresa alemã num consórcio com a empresa brasileira, e em parceria com a SCGás, sendo que já está já em fase final o estudo de viabilidade econômica e técnica para a implantação de uma usina de 2.4 megawatts de gás através do processo de dejetos suínos, o biogás, no município de Braço Norte.

Com certeza esse intento vai aprimorar o sistema, agregar valor à propriedade rural e dar um destino adequado aos dejetos suínos que são um problema crucial para o qual temos que dar atenção, principalmente neste momento em que se abre o mercado americano para esse produto. Por isso, parabênizo v.exa. pelo pronunciamento.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Obrigado, deputado Valmir Comin.

Falando em aproveitamento de dejetos suínos, temos no oeste vários empreendimentos onde o gás metano, gás dos dejetos suínos, são utilizados. Inclusive, a cooperativa Aurora mantém uma distância de 4km de gás canalizado para a flambagem no frigorífico de toda a produção, de todo o abate de suínos. Então, o fogo da flambagem é oriundo do gás do biodigestor que fica numa distância de 4km.

O sr. Mário Lanznaster, que é um dos diretores da Aurora, tem na sua propriedade todo o sistema de iluminação, de produção, através dos biodigestores, que tocam o motor, o gerador e abastecem a propriedade com energia elétrica e captação de água.

Por isso, faço um apelo ao Luiz da Epagri, um homem de capacidade e que possui uma equipe sensacional de técnicos, para que ele fale com o governador e solicite a contratação de mais técnicos que viabilizem a elaboração de mais projetos em cada propriedade, de acordo com o seu tamanho e que possamos, realmente, de uma vez por todas, dar condições de prevenção de futuras estiagens aos nossos agricultores.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, o primeiro horário pertence ao PP.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado José Milton Scheffer.

Sugiro ao deputado usar a tribuna no horário dos Partidos Políticos e logo em seguida no horário das Explicações Pessoais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Cumprimento o sr. deputado que preside esta sessão, os demais srs. deputados e os telespectadores que nos assistem pela TVAL.

Gostaria de, neste início de sessão, registrar a presença nesta Casa do empresário Renato Zanatta, de Jacinto Machado, nosso vice-presidente do diretório municipal do Partido Progressista daquela cidade, que nos prestigia nesta manhã de hoje com sua presença.

Gostaríamos, ainda, nesta oportunidade, de ressaltar desta tribuna a importância e o crescimento da indústria da cerâmica vermelha que ocorreu em 2011 em toda Santa Catarina, mas principalmente no sul do estado. Podemos citar os municípios de Morro da Fumaça, Sangão, que são os principais polos da indústria cerâmica. Os patamares de crescimento são os maiores nesses últimos 20 anos e a geração de emprego, é, sem dúvida nenhuma, o forte desse segmento, num setor que ocupa um tipo de mão-de-obra que muitas vezes outros setores não utilizam.

É do conhecimento de todos que Santa Catarina possui um grande polo cerâmico e é um dos líderes em nível nacional da produção de cerâmica para o revestimento, com um alto nível de tecnologia. Inclusive, o sul do estado é referência nesse setor que vem sofrendo uma forte concorrência da indústria chinesa. Hoje, dados os incentivos que o Brasil possui para a entrada de produtos chineses, fica mais fácil importar cerâmica da China do que

produzir aqui no sul de Santa Catarina, mas o mesmo não tem acontecido com a cerâmica vermelha.

É preciso chamar a atenção das autoridades catarinenses e de todo o Brasil para a questão da cerâmica para revestimento, com relação à grande concorrência predatória que vem acontecendo e que já tem ameaçado o fechamento de algumas indústrias no sul do estado.

A produção da cerâmica vermelha, que está ligada diretamente ao programa de crescimento, de ampliação, de moradias, patrocinados pelo governo federal, tem crescido significativamente. E os nossos municípios do sul do estado, bem como os da grande Florianópolis, mais precisamente da região de Tijucas, são os principais polos que se destacam na produção desse segmento, dessa atividade.

Somente no ano passado, deputado Valmir Comin, esse segmento cresceu 6%, gerando, segundo a Rais - Relação Anual de Informações Sociais (2011) -, cerca de 710 empresas existentes em Santa Catarina, que somadas geram mais de 20 mil empregos. Muitas vezes vimos empresários, comitivas, buscando empresas de outros países para instalarem-se em nosso estado, mas ao mesmo tempo, vimos muitos pequenos e médios empresários catarinenses sofrendo para enfrentar a questão da indústria local, da burocracia, da falta de incentivo governamental e somente um segmento gera 20, 30 mil empregos e passa despercebido dos programas de incentivo do governo federal.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado José Milton Scheffer, sei que nosso tempo é curto e breve, mas o tema abordado por v.exa. é de extrema importância.

Eu, particularmente, tenho acompanhado isso desde o primeiro mandato. Esse é um setor que hoje abriga 40 mil empregos de mão de obra primária, desqualificada, e que abriga, nos quatro polos cerâmicos do estado de Santa Catarina, em torno de

700 a 712 pequenas empresas familiares de cerâmicas.

E quando v.exa. aborda a questão da concorrência predatória, de empresas espanholas e portuguesas investindo no Brasil, em São Paulo, trabalhando com máquinas computadorizadas, é importante lembrar que se não tivermos uma política forte por parte do governo, não apenas do governo estadual, mas do governo federal, porque temos mais de 12 mil cerâmicas em todo o Brasil, certamente esse setor vai ficar relegado, como já está, e essas pessoas vão sair dessas pequenas cidades e virão para os grandes centros, aumentando ainda muito mais o problema social.

Por isso, é importante e pertinente o seu pronunciamento. Esperamos realmente uma ação do governo nesse sentido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Valmir Comin, pelo seu aparte que engrandece o nosso pronunciamento.

De acordo com Sérgio Pagnan, presidente do Sindicar - Sindicato da Indústria da Cerâmica Vermelha -, esse setor tem assegurado no sul do estado um número grande de empregos através de exportação. Trata-se de uma área que, geralmente, abrange pessoas com baixa qualificação, que oferecem uma mão-de-obra que não pode ser aproveitada para outro segmento, mas que em função do crescimento tem tido ganhos salariais significativos.

É preciso chamar a atenção do governo para a facilidade da concorrência externa, que está dizimando esse setor no sul do estado e ameaçando a sustentabilidade de um segmento que é símbolo de toda a região de Criciúma, que é a produção da cerâmica para revestimento.

A cerâmica vermelha vive uma situação diferenciada graças aos programas governamentais e ao crescimento da construção civil no estado. Há uma projeção de crescimento para os próximos 30 anos, segundo a Fundação Getúlio Vargas, de que a construção civil vai ser manter aquecida no estado. Precisamos, sim, do apoio do governo para desenvolver esse segmento, fazer frente às

demandas e continuar gerando empregos. É um setor importante para a economia catarinense e precisa ter o apoio de diversos segmentos.

Gostaríamos de registrar as dificuldades que esse setor tem encontrado para viabilizar os títulos minerários. Temos grandes organizações de várias cerâmicas em cooperativas, em grupos, mas que não conseguem, através do DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral -, os títulos minerários para buscar a sua matéria-prima. Muitas vezes tem que importar esse material de outros estados com alto custo.

E quanto à Fatma, as concessões de licenças ambientais têm sido dificultadas de maneira que também prejudica muito essas empresas. A qualificação de mão-de-obra para esse setor precisa também receber, assim como também é reivindicado pela categoria, um auxílio para a escola artística, para desenvolver novos produtos através da cerâmica.

Era isso, sr. presidente, agradeço a atenção de todos e a oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PSD, o próximo horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, é uma satisfação retornar à tribuna desta Casa. Gostaria de, nesta tarde, fazer uma análise de um assunto que aflige todo o estado de Santa Catarina, especialmente as regiões oeste e do vale do Itajaí.

O governo federal, através da promulgação da Constituição de 1988, deu algumas possibilidades

para que a Sociedade Indígena Brasileira solicitasse, através de um artigo da Constituição, algumas áreas indígenas no Brasil, principalmente onde houvesse vestígios de população que lá vivem há alguns anos. E na nossa região no alto vale do Itajaí, temos uma reserva indígena chamada Duque de Caxias, que hoje é detentora de 14 mil ha, com uma população estimada em duas mil pessoas, e, através desse advento da Constituição de 1988, em 1996, a comunidade indígena se mobilizou pedindo junto ao Ministério da Justiça e, obviamente, à Funai a ampliação dessa reserva indígena para 34 mil ha. Houve um avanço considerável nesse sentido, mas nessa solicitação por parte da comunidade indígena houve o desalojamento de pelo menos 500 famílias de agricultores. E a Funai, obviamente, com todos os seus encaminhamentos técnicos, através de ensinamentos antropológicos e cartográficos, delimitou a futura área e, evidentemente, as prefeituras dos municípios de Doutor Pedrinho, José Boiteux, Vitor Meireles e Itaiópolis, envolvidos na situação, mobilizaram-se, com a ajuda deste deputado que à época era prefeito de Vitor Meireles, região à qual a maior parte das famílias atingidas pertencia, e contrataram uma banca de advogados do estado do Paraná, da cidade de Curitiba, especializados na questão de ampliação de terras indígenas no Brasil e conseguimos, desde 1996 até agora, protelarmos essa decisão junto ao Supremo Tribunal Federal, através da análise do sr. ministro Ricardo Lewandowski.

No ano passado, o sr. ministro entendia que tanto o trabalho apresentado pela Funai quanto o trabalho apresentado na defesa dos nossos agricultores eram conflitantes. E a partir desse conflito o ministro determinou que o governo do estado de Santa Catarina, que é réu nessa ação por ser detentor e proprietário da Rebes - Reserva Biológica Estadual do Sassafrás - no município de Doutor Pedrinho, diga-se de passagem, uma das poucas reservas do mundo que produz o óleo de sassafrás, que foi intimado para fazer a sua defesa, ajudasse nos custos dessas perícias

cartográficas e antropológicas, o que não ocorreu. E os agricultores ficaram com o seguinte dilema: perder a terra para a comunidade indígena ou para os bancos? Até porque juntar R\$ 700 mil entre pequenos agricultores não é das tarefas mais fáceis, haja vista a situação da agricultura brasileira e, em especial, a catarinense.

Então, fizemos uma ampla mobilização pedindo de casa em casa uma contribuição, para que cada agricultor pudesse participar, às empresas envolvidas, às entidades constituídas na região, e conseguimos juntar algo em torno de R\$ 350 mil, faltando ainda R\$ 350 mil.

Agora, no mês de abril, o governador Raimundo Colombo passou pela nossa região do alto vale, especificamente em Ibirama, e atendeu, na secretaria Regional, a algumas lideranças agrícolas, empresariais, sindicais, que solicitaram ao governo, na figura do governador, um auxílio, visto que o estado de Santa Catarina também detém uma propriedade, que é a Reserva Biológica Estadual do Sassafrás. E o governador, de pronto, determinou a mim, na condição de deputado estadual residente naquela região, e à secretaria Regional de Ibirama, que buscássemos junto à Procuradoria-Geral do Estado uma condição legal para que pudéssemos fazer também o pagamento dessas despesas.

Então, procuramos, num primeiro momento, o dr. Nelson Serpa, que era o nosso Procurador-Geral, num segundo momento, o Procurador João Martins Neto, sempre, juntamente com a secretaria da Fazenda, buscando alguns encaminhamentos. Até que, através dos nossos advogados e da PGE, subentendeu-se que se o ministro autorizasse o estado de Santa Catarina a depositar R\$ 350 mil na conta desse processo, que está no STF, os agricultores, através dos seus advogados, poderiam pedir a restituição desses recursos, de uma forma legal e oficial, até porque o estado também é detentor daquela propriedade.

E ao longo desse período, quase oito meses de trabalho, de luta, conseguimos um encaminhamento técnico, ou seja, o parecer positivo do ministro

Ricardo Lewandowski de que o estado também teria que fazer parte no pagamento desta perícia antropológica e cartográfica.

Então, no último dia sete, a secretaria da Fazenda, através de um ato do sr. secretário Nelson Serpa, juntamente com o procurador-geral do estado, procedeu ao depósito na conta do STF, no valor de R\$ 350 mil. E agora, nos próximos 15 dias, haveremos de fazer um trabalho lá nas comunidades, juntamente com os advogados que defendem os agricultores, para que possamos pedir a restituição desses recursos.

Assomo a esta tribuna, deputado Mauro de Nadal e deputada Dirce Heiderscheidt, apenas para elogiar a ação do governo, tanto técnica, por parte da PGE, dos seus procuradores, quanto à decisão política do governador, exercendo, de fato e de direito, o slogan da sua campanha: "As pessoas em primeiro lugar."

Nós deputados oriundos de pequenos municípios, onde as prefeituras não possuem recursos nem para manter serviços essenciais, como saúde, educação, manutenção de estradas, ter que fazer frente a uma despesa de R\$ 700 mil seria impossível. E, obviamente, esses agricultores perderiam suas propriedades, algumas, inclusive, com escritura pública, deputado Mauro de Nadal, há mais de 100 anos exaradas pelo estado de Santa Catarina.

Então, realmente, levamos esse problema ao governador Raimundo Colombo, que determinou a busca de uma saída técnica e jurídica, para a qual contamos com toda boa vontade do corpo técnico da PGE. Graças a Deus, buscamos um encaminhamento e conseguimos resolver esse problema através de um depósito feito no último dia 07, no valor de R\$ 350 mil, no Supremo Tribunal Federal.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. é um homem de sorte, deputado Aldo Schneider, porque passei oito anos como prefeito num município da região do extremo oeste, enfrentando os mesmos problemas na defesa dos nossos pequenos

agricultores. Se não me falha a memória, em Santa Catarina, temos mais nove casos em que a Funai está buscando a ampliação do território indígena.

Isso é preocupante, porque tudo está sendo feito de uma forma dando a entender à população, e, principalmente, aos proprietários da terra que a Funai é a toda poderosa, que ela tem poder para delimitar, marcar as terras e que os agricultores têm que arrumar, de uma hora para outra, um outro canto para morar, correndo risco, inclusive, de serem expropriados daquilo que foi fruto do seu trabalho: a compra da sua propriedade.

E isso preocupa! V.Exa. conseguiu esses recursos, mas lá no nosso tempo, e ainda continuamos nessa briga, os recursos que conseguimos para defender o nosso agricultor foram oriundos dos próprios agricultores. Não tivemos participação do governo do estado.

Então, acontece um problema muito sério, porque a Funai dispõe de recursos para todos esses fins e para a construção de laudos antropológicos, que suspeitamos, porque a maioria dos laudos apresentados eram cópias dos laudos feitos numa reserva indígena do Mato Grosso do Sul, que foram colados no novo laudo. Tivemos que contratar um antropólogo, que custa caro para os agricultores, e o processo ainda se arrasta.

Enquanto o Congresso Nacional não tiver voz ativa nos processos de demarcação de terra, vamos enfrentar problemas como esse que os nossos agricultores estão enfrentando hoje, ou seja, de não ter a segurança da sua propriedade, de não ter a segurança de ver seus filhos dando continuidade àquilo que é o sonho da família: a sucessão da propriedade rural, porque quem não tem segurança onde mora, não tem segurança para manter a sua família.

Então, o mais preocupante disso tudo não é a busca de recursos, mas quem vai indenizar o dano moral, o sofrimento dessas famílias que estão lá há mais de dez anos sofrendo, porque não sabem se amanhã ainda serão proprietários de suas terras.

Parabenizo v.exa. pelo tema e quero somar-me a todo seu esforço no sentido de organizar esse

processo. Nada contra os povos indígenas, tenho dó, pena, de ver que algumas aldeias indígenas estão passando necessidades extremas, frio no inverno, sem condições suficientes para abrigar os seus que ali estão. Pelo contrário, entendo que a Funai tem que abrir mão desse processo de buscar mais terras e investir mais na qualidade de vida do índio, prepará-lo para o dia de hoje, pois eles não estão preparados para isso.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a intervenção de v.exa. e concordo plenamente com suas manifestações.

Gostaria também de uma forma de praticar justiça, até porque entendo que na vida temos que ter parceiros. E logo que assumimos nesta Casa, no mês de fevereiro, em março fomos procurados por uma comitiva do município de Vitor Meirelles, envolvendo várias instituições e entidades, quando fizemos ampla reunião, inclusive ocupando a sala da vice-presidência, com todos os deputados que foram agraciados com votos naquele município, e aqui cito os deputados Jailson Lima, Jorge Teixeira, Jean Kuhlmann, Ismael dos Santos, Joares Ponticelli e este deputado, quando acatamos e ouvimos o clamor e as necessidades daquela comissão.

Logicamente, nós, na condição de detentor de mandato e alguns desses votos nos trouxeram a esta Casa, eu, de uma forma muito especial, com mais de 50% dos votos daquela comunidade, e meus colegas com alguns sufrágios também que completaram suas vitórias para que pudessem estar aqui, naquele momento fizemos um compromisso com aquela comunidade de que buscaríamos os melhores caminhos para que fossem atendidos. E aí encontramos na figura do governador Raimundo Colombo e do vice Eduardo realmente a sensibilidade para que pudéssemos fazer com que o estado participasse de forma efetiva, não só com assistência jurídica, mas com valor financeiro daquilo que lhes pertencia e era dívida do estado.

Graças ao entendimento do governador e do vice, tecnicamente buscamos esse caminho nos últimos oito meses e ontem culminamos com o

depósito, junto ao Supremo Tribunal Federal, desta quantia.

Então, usando este espaço, quero dizer que temos esse problema em Santa Catarina, mas que não se restringe à região de Ibirama, mas temos mais nove regiões. Infelizmente, todos nós estamos inertes a essa questão exatamente por ser uma legislação federal.

E o Congresso Nacional, através da comissão de Agricultura da Câmara Federal e do Senado, tem feito várias manifestações no sentido de que qualquer processo indígena que busque sua ampliação tem que passar pelo Congresso Nacional. Infelizmente, ainda não temos essa condição e o tema é extremamente preocupante em nível de Brasil. Se olharmos lá em Rondônia, em Roraima, onde hoje já há ocupação por parte dos indígenas das terras ocupadas pelos agricultores, não houve melhora em nada nas suas vidas, pelo contrário, porque não adianta dar terra para a comunidade indígena e não dar condições de subsistência a esses povos.

Hoje, na nossa região, temos 14 mil hectares com planejamento agrícola, e todas essas famílias indígenas poderiam ter uma vida digna e decente, mas infelizmente o que se pede é a ampliação de área indígena, mas não se dá condição para essas pessoas produzirem e tirar da terra o seu sustento.

Então, faço aqui, desta tribuna, a manifestação de que o Congresso Nacional, através da Câmara e do Senado, regulamente essa questão exatamente para que não vejamos, amanhã ou depois, o que aconteceu na reserva indígena Raposa Terra do Sol, em Roraima, onde foram retirados os agricultores, dada a posse às comunidades indígenas e muitos desses índios estão nos lixões das grandes cidades daqueles estados.

Então, é sinônimo de que não adianta simplesmente ampliar a área indígena. O que nós precisamos é fazer um trabalho de cunho social e econômico para que possamos manter esses índios, sim, nas suas propriedades, com atividades de subsistência. E eu posso dizer, com conhecimento

de causa, porque fui prefeito de uma área indígena e sei perfeitamente das necessidades desses povos.

Quero aqui então, neste momento, dizer a toda Santa Catarina e a todo Brasil que temos que olhar essa questão de forma diferenciada, para que efetivamente possamos buscar solução e não ampliar áreas apenas por ampliar, sem uma condição de subsistência desses povos.

Bom-dia! Muito obrigado pela atenção!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera por até onze minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, acredito que o tema tratado pelo deputado Aldo Schneider é muito complexo. Não tenho dúvida nenhuma de que ele emite reflexões profundas porque se reveste de uma memória histórica e é fundamentado à luz de sérios estudos, sejam eles científicos, antropológicos, e por isso traz uma preocupação, porque tanto aos povos indígenas, bem como aos nossos agricultores, existem direitos tanto de um lado como de outro. Por isso é um tema que tem que ser tratado com muita seriedade, sem nenhuma paixão, tanto para quem defende como para quem critica.

Agora, claro que nós aprovamos, aqui nesta Casa, uma emenda à Constituição do estado de Santa Catarina, no seu art.148 A, que permite ao estado resolver, de uma forma ou de outra, a questão, e nós percebemos que existe certa omissão com relação à solução desse problema histórico, porque na época em que foram loteadas as terras, falo aqui do estado de Santa Catarina, as colonizadoras receberam essas áreas de terra do estado, lotearam essas áreas e venderam-nas. Portanto, é sim de responsabilidade do estado a indenização das terras. E nós propusemos emenda à Constituição, aprovada por esta Casa, hoje lei na Constituição.

É preciso regulamentar essa emenda através do Poder Executivo para que possa efetuar qualquer tipo de convênio e resolver a problemática. A união, por vários momentos, tem disponibilizado recursos para tal. Acredito que deveremos avançar nisso.

Esperamos que se busque soluções sem cometer aquilo que historicamente se tem cometido, injustiças tanto com uns quanto com outros, porque direito não se tira, direito nós temos que ampliar, sejam para os povos indígenas ou sejam para os nossos agricultores.

Mas quero aproveitar também o espaço do Partido dos Trabalhadores, pois aqui se tem trazido várias reflexões, comentários, e na tarde de ontem também me pronunciei a respeito deste momento crítico que muitos municípios nossos estão vivendo... São em torno de 90 municípios que vivem a situação de estiagem.

Assim, é preciso que se faça a partir deste momento, desses dados, dessa realidade, algumas reflexões mais sérias, mais profundas tentando buscar as causas, porque nos últimos dez anos nós tivemos basicamente sete anos que vêm acumulando a estiagem no estado de Santa Catarina. Se isso for se confirmando, teremos nos próximos anos o agravamento dessa situação. Não temos dúvida disso, porque os estudos indicam que a nossa região do grande oeste do estado está sendo agravada cada vez mais pela questão da estiagem, pela falta de água. A escassez da água é notória, os rios estão secando, e se formos dar uma olhada em redor dos nossos rios, das nascentes, das fontes, veremos que não existe quase proteção nenhuma. A pele que mantém a água, que armazena a água, basicamente desapareceu da face da terra.

Tem-se comprometido o ecossistema, e com tudo isso vivenciamos as duras consequências que estamos enfrentando pelo acentuado crescimento da construção de barragens. Será que isso não é um indicativo, uma origem, uma causa da estiagem que aí está porque muda o clima?

Então, é preciso que se faça um estudo mais sério, profundo, não só estudos, porque existem

vários, mas é preciso que haja uma ação por parte dos poderes competentes, sejam eles na esfera estadual, municipal ou federal. É preciso que haja políticas para que possamos ir à causa da origem, porque senão a cada ano estaremos aqui repetindo, debatendo novamente, e a consequência continuará presente. Nós temos que atacar a causa.

Outra questão, e é importante trazer presente, conversei ontem com o superintendente do DNIT, João José dos Santos, aliás, diga-se de passagem, o DNIT vem desenvolvendo, desempenhando um importante trabalho no estado de Santa Catarina, na pessoa da superintendência João José dos Santos. Uma pessoa transparente, que não se omite ao diálogo, que participa, que vai dialogar, conversar e que está executando e fazendo um grande trabalho. Eu acompanho o trabalho do DNIT antes de adentrar a este Parlamento. Eu sempre questionava onde estão sendo investidos os recursos do DNIT no estado de Santa Catarina. E a partir do momento em que o João José dos Santos tem assumido o DNIT em Santa Catarina começamos a perceber grandes mudanças em todas as rodovias federais no estado. São investimentos, recuperação, manutenção constantemente. E esse reconhecimento não é meu; são pessoas de diferentes partidos políticos que têm esse reconhecimento, e que de fato está acontecendo.

Agora, claro, um país que foi sucateado durante tantos e tantos anos, é impossível devolver as condições reais, verdadeiras, justas à sociedade brasileira. Não é possível!

Eu me lembro que a BR-282 levou quase 40 anos, deputado Romildo Titon, para ser completada no trecho que v.exa. atua com muita firmeza e decisão, que é o trecho de Campos Novos/São José do Cerrito.

Outro trecho é São Miguel d'Oeste à divisa com a Argentina, que existiu o próprio reconhecimento do ministro, na época, questionando como o nosso povo estava tão calado, tão quieto, diante de tanto tempo. Então, muitas coisas têm sido realizadas, feitas, ao longo das rodovias. É claro

que temos muita a ser feita ainda e que vai demorar anos para que se possa acontecer.

Temos a rodovia 163 que liga Dionísio Cerqueira a Itapiranga, e tem um recurso carimbado para exatamente a restauração daquela importante rodovia da fronteira lá do extremo oeste de Santa Catarina. E esperamos que nos próximos meses essa rodovia, tendo em vista que já temos garantido R\$ 120 milhões para aquele trecho de São Miguel d'Oeste até Dionísio Cerqueira, possa ser licitado o quanto antes e que essa rodovia possa ter a manutenção adequada para o trânsito e o transporte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PTB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PTB que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão encaminhamento conforme determina o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0041/2011, 0345/2011, 0489/2011, 0514/2011, 0518/2011.

Comunica, outrossim, que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0011/2011, 0033/2011, 0093/2011, 0100/2011, 0162/2011, 0213/2011, 0296/2011, 0360/2011, 0398/2011, 0403/2011 e 0506/2011.

Comunica também que a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0325/2011 e 0629/2011.

Comunica que a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0211/2011 e 0518/2010.

Ainda comunica que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0285/2010 e ao 0630/2011.

Comunica que a comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia apresentou parecer aos Ofícios n.s: 0366/2011, 0576/2011 e 0618/2011.

Ainda comunica que a comissão de Agricultura e Política Rural apresentou parecer favorável ao Ofício 0451/2011.

Comunica também que a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0629/2011.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0022/2012, de deputado Mauro Nadal; 0023/2012 e 0024/2012 de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunicamos também que serão deferidos de plano os Requerimentos n.s: 0051/2012, 0052/2012 e 0053/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, acompanhei atentamente o pronunciamento dos deputados Aldo Schneider e Padre Pedro Baldissera, principalmente trazendo a preocupação com a questão indígena e das terras, de haver hoje famílias em áreas rurais que depois de muitos anos são contestadas. E o próprio governo, atendendo pedido da Funai, procura restituir ou senão entregar aos indígenas.

Entendo que essa preocupação deve ser levada com muito estudo, principalmente pela situação que nós vemos na região de Cunha Porã, de Saudades, onde existem famílias há muitos anos, há 80 anos, com documentos. Precisa-se chegar a um consenso, como diz o deputado Padre Pedro Baldissera. O

direito a cada vez se conquista. Mas, muitas vezes, para ter o seu direito conquistado você acaba atingindo o direito de um terceiro.

Por falar em terra indígena e do nosso oeste catarinense, nós apresentaremos - e acho que a equipe da TVAL ainda tem as imagens mostradas dos rios, da situação no oeste catarinense - as fotografias que trouxemos do município de Cunha Porã.

(Procede-se a exibição de fotos.)

Essa foto mostra a estação de captação de água do município de Cunha Porã. Esse leito que está sendo apresentado era do rio. Então, nós temos que conclamar cada cidadão, as escolas, os educadores, para a preocupação com a questão da água e da sobrevivência humana em nosso planeta.

Aqui vemos a estação de tratamento de água de Cunha Porã.

É inadmissível que já em municípios menores, onde a população não é tão grande, onde existem rios e várias vertentes, hoje, chega-se à situação de preocupação com a escassez de água.

Em Cunha Porã, inclusive pessoas ficaram emocionadas em relatar a situação que lá está ocorrendo. Além dos problemas de falta de água para os animais, para a criação, que já é grave, hoje estamos enfrentando o problema da falta de água para o ser humano, pois é um produto vital. O ser humano não consegue viver sem respirar e sem água. E os nossos rios, deputado Reno Caramori, estão nessa situação.

Então, as universidades, as escolas, a sociedade como um todo precisa se conscientizar para o uso e o armazenamento da água, porque dentro de poucos anos o mundo vai enfrentar esse problema de frente. E é um problema crucial, de sobrevivência.

Assim, tivemos reuniões com o presidente da Casan, Dalírio José Beber, que tem tido essa preocupação.

Precisamos verificar os rios. Hoje, está-se construindo represas para efeito de energia elétrica, mas temos que pensar represa e

armazenamento de água para a questão de sobrevivência do cidadão.

Houve obras grandes no estado de Santa Catarina, como a barragem do rio São Bento e outras, pensando na questão da água. A grande Florianópolis tem que pensar essa questão, o grande oeste também, e vamos chegar a uma situação dramática, se tivermos o prosseguimento, por exemplo, dessa estiagem que atinge o oeste catarinense. Por algum motivo isso aconteceu, para alertar. Nada é por acaso nessa vida, tudo tem um por quê.

Tivemos uma temporada agora nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro com muita chuva em nosso litoral, e queríamos pouca chuva em razão do turismo em nossas praias. E temos uma situação de completa falta de chuva, que primeiro prejudicou a agricultura, depois a subsistência e o tratamento dos animais e, agora, já coloca em risco a água necessária para o ser humano no oeste catarinense.

Até a região de Irani, Chapecó, houve chuva, mas na região do extremo oeste do estado é de calamidade pública. Já declararam situação de emergência 83 municípios. Nós conversamos com o secretário da Defesa Civil do estado, Geraldo Althoff, perguntando o que mudaria sair da situação de emergência para a situação de calamidade pública. Em termos de ajuda, de benefícios, modifica muito pouco, porque a situação de calamidade pública é quando a administração não tem mais condições de gerir os acontecimentos e precisa de uma intervenção externa. E esse não é o caso, porque as administrações municipais estão fazendo o possível para buscar uma solução e têm recebido o apoio da Defesa Civil, da Casan. A Defesa Civil do estado está distribuindo kits para 83 municípios, levando caixas d'água, que são adaptáveis a caminhões, com um motor para captação de água, e essa água deve ser levada para estações de tratamento, buscando muitas vezes nos poucos rios em que ainda existe alguma vazão para levar às estações de tratamento a água já em condições para distribuição, em alguns casos, direto para o consumo de animais.

Então, essa situação é muito preocupante, sr. presidente.

O nosso Parlamento instituiu o Fórum Permanente da Defesa Civil. A sociedade, as universidades, enfim, todas as entidades precisam debater esse assunto, porque normalmente nós sentimos o problema somente quando está ocorrendo. É assim com as enchentes, com a estiagem. É aquela velha questão: não se arruma o telhado quando não chove, porque não está chovendo, não tem goteira; quando está chovendo não se arruma, porque não dá para arrumar.

Então, deputado Romildo Titon, vejo com preocupação o problema. Em muitos lugares que eu estive a situação é de sensibilizar, causa até um pouco de pânico. E o momento não é para pânico, é para cairmos na razão e buscarmos soluções para a água do nosso planeta.

Santa Catarina é um estado que ainda tem boa quantidade de mata preservada e já vem enfrentando esse problema. Imagine em outros locais, em outros estados. Vemos o desmatamento da nossa Amazônia e não se sabe o que isso pode vir a provocar para o ser humano.

Então, o meu pronunciamento hoje é uma forma de desabafo. E gostaria de dizer que o problema é muito grave. Inclusive, amanhã estarei novamente percorrendo municípios da região oeste do estado, onde estarei constatando esse problema da estiagem. São 83 municípios em estado de emergência. Como já disse, começou a preocupação com as perdas na lavoura, depois foi a questão da água para o tratamento dos animais e agora para a subsistência do ser humano. Muitos municípios estão fazendo revezamento; existem casos de municípios que estão deixando passar 24h sem fazer a distribuição de água. Por isso, são questões que devem ser analisadas, sr. presidente.

Estou preocupado com o nosso meio ambiente. Não sou engenheiro, ambientalista, não conheço essa área, mas as nossas universidades têm que buscar estudar essas situações. É preciso apresentar soluções para a nossa sociedade, e a

Assembleia Legislativa tem que dar a sua participação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) -
Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para segunda-feira, às 20h, em Camboriú.

Está encerrada a sessão.